

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO MARCOS LIMA DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO**

DOURADOS/MS

2022

JOÃO MARCOS LIMA DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237a Santos, Joao Marcos Lima Dos

ANÁLISE DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O
MERCADO DE

TRABALHO [recurso eletrônico] / Joao Marcos Lima Dos Santos. --
2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Roselaine Bonfim de Almeida.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas) -Universidade Federal da
Grande Dourados, 2022. Disponível no Repositório Institucional da
UFGD em:

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que
citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ECONOMIA - FACE/UFGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2021.2, RAEMF

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO**

João Marcos Lima dos Santos

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida
(Presidente)

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero
(Avaliador 1)

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 09 de junho de 2022.

REGISTRO: AB - 75/2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus, por ter me abençoado e dado a oportunidade de estar realizando este sonho; a minha mãe, Sra Valdely, um exemplo de pessoa, agradeço por sempre me incentivar.

Agradeço a todos os colegas de turma pela amizade e consideração; aos professores da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia FACE/UFGD, por todos os ensinamentos. Um agradecimento em especial a minha orientadora, Professora Dra. Roselaine Bonfim de Almeida, pela orientação e paciência durante toda nossa pesquisa.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o mercado de trabalho no Brasil no período da pandemia da COVID-19, destacando as políticas públicas implementadas com o objetivo de minimizar os efeitos da pandemia. Assim, utilizou-se como base de dados a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e a PNAD COVID19. A metodologia adotada para a realização do presente estudo foi a pesquisa de estatística descritiva e análise exploratória de dados. A revisão aborda a literatura sobre as crises econômicas e papel do Estado para conter os efeitos sobre a economia preservando emprego e renda. O trabalho visa contribuir para demonstrar os efeitos sobre a economia brasileira, especificamente sobre o mercado de trabalho. Nas considerações finais, é possível constatar o impacto negativo da pandemia sobre o mercado de trabalho, afetando o emprego e renda, como também; os efeitos positivos de políticas de transferência de renda e manutenção do emprego, através do programa emergencial de manutenção do emprego e renda

Palavras-chave: Covid-19; Mercado de trabalho; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article addressed the labor market during the pandemic period in Brazil and evaluates public policies to minimize the effects of the pandemic. The objective is to analyze the effects of the pandemic on labor markets, income and whether the public policies adopted were efficient to minimize the impact of the health crisis. The methodology adopted for the accomplishment of this article was the research of descriptive statistics and exploratory data analysis. The review addresses the literature when the economic crises and the efficient public policies to minimize the effects of economic impact. The article aims to contribute to demonstrating the effects on the Brazilian economy, specifically on the job market and the challenges of the post pandemic country. In the final considerations, it is possible to see the negative impact of the pandemic on the labor market, affecting employment and income, as well as; the positive effects of income transfer and job maintenance policies, through the emergency job and income maintenance program.

Keywords: Covid-19; Labor market; Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – maio-novembro de 2020.....	18
Gráfico 2 – Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social na semana de referência no total da população ocupada – Unidades da Federação – novembro de 2020.....	20
Gráfico 3 – Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência no total de pessoas ocupadas, por sexo e grupos de idade – Brasil – maio-outubro-novembro de 2020	21
Gráfico 4 – Percentual de pessoas ocupadas não afastadas que estavam trabalhando de forma remota no total de pessoas ocupadas e não afastadas – Brasil – maio-novembro de 2020.....	22
Gráfico 5 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – maio-novembro de 2020.....	25
Gráfico 6 – Rendimento real domiciliar <i>per capita</i> médio efetivamente recebido (R\$) – Brasil e Grandes Regiões - maio/outubro/novembro de 2020.....	26
Gráfico 7 – Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia – Unidade da Federação – novembro de 2020.....	28
Gráfico 8 – Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade Trimestre Móvel	29
Gráfico 9 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Trimestre Móvel	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, em idade de trabalhar, ocupada, desocupada, na força de trabalho e fora da força de trabalho na semana de referência (mil pessoas) – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	17
Tabela 2 – Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	19
Tabela 3 – Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	22
Tabela 4 – Rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	23
Tabela 5 – Massa de rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido em todos os trabalhos das pessoas com rendimento – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	24
Tabela 6 – Rendimento real domiciliar per capita médio efetivamente recebido nos domicílios onde algum morador recebia algum auxílio e em domicílios onde ninguém recebia.....	27
Tabela 7 – Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia e o valor médio recebido no domicílio – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.....	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3. METODOLOGIA.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
4.1 PNAD COVID 19	16
4.2 PNAD CONTÍNUA	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

A crise da pandemia de COVID-19 provocou efeitos significativos no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no aumento do desemprego, da informalidade e na redução do rendimento efetivo. O mercado de trabalho apresenta importantes indicadores para medir o desempenho de um país, indicadores que refletem de maneira mais direta os efeitos de choques sobre a economia. Entretanto, dada a dinâmica regional da atividade econômica brasileira, é de se esperar que os efeitos sobre o mercado de trabalho não ocorram com a mesma intensidade em todas as regiões ou setores econômicos (GIMENE, 2020).

Desde março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia, chamada COVID-19¹. Com uma alta taxa de contaminação, o vírus expandiu-se pelo mundo rapidamente, com um alto fluxo de internações hospitalares, causando colapso nos sistemas de saúde e uma forte recessão mundial (COSTA, 2020). Segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONNAS) o Brasil contabilizou, até o dia 10 de outubro de 2021, cerca de 21.575.820 casos confirmados de Covid-19, sendo que 601.011 pessoas vieram a óbito. Com isso, o país apresentou uma taxa de letalidade de 2,8% (CONNAS, 2021).

A recessão econômica causada pela crise sanitária da COVID-19 mostra que os indivíduos socialmente vulneráveis foram os mais prejudicados pela crise, seja pela falta de renda e emprego ou por condições mínimas de vida, como o saneamento básico. Isso tende a explicar a desigualdade regional do país. Com isso, mostra-se a importância do papel de políticas públicas para a redução do desemprego, principalmente no atual contexto econômico brasileiro.

A justificativa deste estudo é por sua relevância em relação aos efeitos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho, principalmente para as populações mais vulneráveis. Além disso, é importante compreender melhor as políticas públicas mais eficientes para manter o bem-estar da população. Dessa forma, a problemática dessa

¹ A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2) e que tem um alto índice de transmissão, o que levou a uma contaminação global. Os primeiros casos registrados de COVID-19 ocorreram na província de Hubei, na China (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

pesquisa é entender quais os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro.

1.1 OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro e, com isso, analisar os efeitos sobre o emprego e renda.

Especificamente pretende-se:

- Analisar os efeitos da COVID-19 no Brasil, sobre os rendimentos do trabalho;
- Analisar os efeitos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho, por região do Brasil;
- Avaliar se as políticas públicas adotadas foram capazes de minimizar os efeitos da pandemia.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está dividida em cinco seções, além dessa introdução. A segunda seção destaca a revisão bibliográfica, onde se explora as literaturas anteriores ao tema proposto, analisando o contexto histórico e a evolução da crise, a fim de se analisar os efeitos sobre o mercado de trabalho.

A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho, onde definem-se as variáveis utilizadas e o método de análise do estudo. Na sequência, apresenta-se os resultados do trabalho, as considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas no estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No mês de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia, chamada COVID-19. Com uma alta taxa de contaminação, o vírus expandiu-se pelo mundo rapidamente, com um alto fluxo de internações hospitalares, causando colapso nos sistemas de saúde. Para tentar conter a pandemia e reduzir a taxa de contaminação da população, vários países adotaram medidas

de isolamento social. Essas medidas tinham como objetivo evitar que o sistema de saúde entrasse em colapso (SILVA; SILVA, 2020).

De acordo com um estudo realizado pelo Ministério da Economia, a pandemia poderia impactar fortemente o comércio exterior brasileiro, com a queda nas exportações e redução no preço de *commodities*, levando a uma piora nos termos de troca. Além disso, previa-se a interrupção da produção em alguns setores, diminuição dos preços de ativos, agravamento das condições financeiras e queda no fluxo de pessoas e mercadorias (SILVA; SILVA, 2020).

O aumento da incerteza sobre os rumos da economia mundial levou ao adiamento e, em alguns casos, ao cancelamento de investimentos e do consumo de mercadorias e serviços. Esse movimento, que não ocorreu apenas no Brasil, teve impactos negativos sobre a economia, como a queda da produção e da jornada de trabalho, aumento do desemprego e das falências e diminuição do crédito bancário (SILVA; SILVA, 2020).

A pandemia da COVID-19 provocou uma crise socioeconômica que teve efeitos negativos sobre o mercado de trabalho. Não foram apenas os trabalhadores informais que foram impactados pelas medidas de isolamento social implementadas para diminuir a disseminação do coronavírus, os trabalhadores formais também foram fortemente afetados pelo desemprego e a diminuição da renda (TROVÃO, 2020).

A renda da maior parte da sociedade caiu, no entanto, os impactos não foram iguais para todas as pessoas, afetando principalmente os trabalhadores e a população de baixa renda, que passou a enfrentar diversas dificuldades durante a pandemia. Nesse momento é essencial o amparo da assistência social para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade (GIMENE, 2020).

Segundo Summa, (2014, apud TROVÃO, 2020) provavelmente as crises impactam negativamente os salários dos trabalhadores, tendo impacto ainda maior sobre a demanda agregada e, conseqüentemente, o nível de atividade. Isso porque a queda da renda e o aumento do desemprego reduzem o poder de barganha dos trabalhadores, quando comparado com o poder dos capitalistas. Isso poderia ser remediado ou esse efeito poderia ser reduzido caso o governo criasse políticas de manutenção do emprego e da renda.

Políticas econômicas, sobretudo o modelo de alocação de recursos em relação às áreas que se mostraram essenciais para o enfrentamento deste choque (saúde, ciência e tecnologia, educação e proteção social) devem ser revistas para aumentar a proteção dos países aos choques futuros. A recuperação da empregabilidade necessitará ser feita enquanto se busca mitigar os efeitos da

alteração dos padrões tecnológicos na produção, que já tendia ter efeitos perversos sobre a empregabilidade. Economistas da saúde têm defendido que a ativação e priorização de um complexo médico industrial da saúde, adequadamente desenhado e implantado, pode ser parte da solução, trazendo dinamismo econômico e melhorando a capacidade de resposta a problemas sanitários existentes, que prejudicam a população, e a outras epidemias que possivelmente virão (LIMA, BUSS e PAES-SOUSA, 2020, p. 3).

Um sintoma muito comum no mercado atual é a dificuldade que as empresas possuem para ganhar uma projeção maior, enquanto a mesma, para entrar em bancarrota, pode ser um fenômeno extremamente rápido. Muito mais complexo do que apenas a empresa ter um capital de giro, para que possa conseguir sobreviver em um período tão intenso de crise, é de extrema importância que haja políticas públicas de qualidade, que possam auxiliar as pessoas que se encontram desempregadas, até porque são os trabalhadores que consomem a maior quantidade de recursos na economia (MOURA, 2022).

Para as empresas não fecharem foi realizado um pagamento referente a metade do valor mensal pago aos funcionários, até para que eles não permanecessem sem renda, isso mesmo que eles estivessem afastados do trabalho. Isso claro, no momento mais crítico da pandemia, onde diversas empresas e, principalmente, o comércio tiveram que fechar suas portas (CALMON, 2020).

O Brasil passou por uma crise política, econômica e fiscal no governo Dilma Rousseff, culminando em um *impeachment* que até os dias atuais abalam a democracia no país. Após o *impeachment*, foram aprovadas no governo de Michel Temer a Emenda 95 que limita por 20 anos o teto dos gastos públicos, além da lei da terceirização e a reforma trabalhista. No governo Jair Bolsonaro, a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego ampliou a flexibilização de contratos de trabalhos e da reforma previdenciária. Dessa forma, o mercado de trabalho já se encontrava fragilizado quando a pandemia da COVID-19 se iniciou, sendo que a pandemia apenas intensificou sua piora, acometendo uma nova recessão econômica (BRIDI, 2020).

A partir da reforma, os trabalhadores ficaram à mercê da demanda dos empregadores, o que acabou aumentando o poder das empresas. As reformas no mercado de trabalho tiveram impacto maior na classe mais vulnerável, além disso, elas também enfraqueceram a sistematização das informações sobre o trabalho no país (BRIDI, 2020).

A economia brasileira, que já estava frágil e com reduzido nível de atividade quando a pandemia chegou, foi duramente atingida. Ainda que o auxílio emergencial tenha sido imprescindível para a renda, mesmo sem impedir a queda forte do consumo na economia, a retirada desse auxílio e de outros programas, diante de um mercado de trabalho que não se recupera, pode influenciar nova recaída na economia (LIMA, 2020, p. 125).

A Renda Básica Emergencial destinada aos trabalhadores informais, desempregados e famílias pobres tinha como objetivo a preservação da vida, sendo uma política de governo importante para combater os efeitos negativos da pandemia. Dessa forma, era importante que ela chegasse o mais rápido possível nas mãos dessa população mais vulnerável. Isso se tornou um imenso desafio para um país com tantas diferenças regionais como o Brasil (MARINS et al., 2021).

De acordo com o Relatório de Informações Sociais (SAGI), havia 28.605.430 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais em abril de 2020. Desse total, 14.281.761 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para receber o Auxílio Emergencial muitas pessoas realizaram a inscrição no Cadastro Único. Dentre os 32,1 milhões de inscritos no Cadastro Único, mas que não recebiam o Bolsa Família, 10,5 milhões foram considerados elegíveis. Além disso, dentre 19,9 milhões de pessoas que recebiam o Bolsa Família, 19,5 milhões se tornaram elegíveis para receber a Renda Emergencial Básica. Entretanto, apesar da ampliação da cobertura desse programa assistencial, ainda havia muitos problemas relacionados a sua implementação (MARINS et al., 2021).

Dessa forma, a pessoa desocupada fica numa situação bastante vulnerável, pois o desempregado passa a depender dos serviços sociais disponíveis, estando sem renda para suprir suas necessidades. Assim, ele necessita do atendimento de suas demandas por parte desses serviços (LIMA; PISCITELLI, 2018).

Portanto, a literatura mostra que a pandemia teve um impacto negativo no mercado de trabalho e na renda da população, especialmente da população mais vulnerável. Na sequência, esse trabalho pretende analisar alguns indicadores do mercado de trabalho que corroboram o que foi mostrado pela literatura.

3. METODOLOGIA

Para analisar os efeitos sociais e econômicos da pandemia da COVID-19, utilizou-se dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA, 2021) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19, 2020a). As duas pesquisas são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE (2014) a PNAD Contínua faz parte do SIPD (Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares). Esse sistema serve como um modelo para a produção de pesquisas amostrais domiciliares. Dentro dele, o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados das pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE são feitas de forma coordenada, o que facilita a realização de novas pesquisas e a otimização dos recursos utilizados.

A PNAD Contínua tem como objetivo produzir informações básicas que possam auxiliar na análise do desenvolvimento socioeconômico do país. Além disso, ela permite que os indicadores conjunturais de trabalho e rendimento sejam investigados continuamente (IBGE, 2017).

Para tentar mensurar o impacto da COVID-19 sobre o mercado de trabalho e a renda no Brasil, o IBGE desenvolveu uma pesquisa experimental, a PNAD COVID 19. Além de indicadores sobre o mercado de trabalho, essa pesquisa também apresenta informações sobre sintomas referidos de síndrome gripal, que poderiam estar associados à COVID-19, e ao impacto nos estabelecimentos de saúde. Os dados foram coletados entre maio e dezembro de 2020. Entretanto, os dados coletados em dezembro são referentes ao mês de novembro. Dessa forma, os dados abrangem sete meses de 2020, ou seja, maio a novembro (IBGE, 2020).

Com base nas informações coletadas nessas pesquisas, será realizada a análise descritiva dos dados. Essa análise será realizada através de gráficos e tabelas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PNAD COVID 19

Os resultados apresentados nesta seção seguem o Relatório Mensal de novembro de 2020 apresentado pelo IBGE, que mostra os resultados mensais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19, 2020b). De acordo com os

dados da pesquisa, a Tabela 1 mostra que em maio de 2020 a população residente estimada do Brasil era de 210,8 milhões de pessoas e, dentro dessa, mais de 169 milhões tinham 14 anos ou mais de idade. Considerando as pessoas ocupadas, que era de aproximadamente 84,4 milhões em maio, houve uma queda de 0,3% em outubro e um aumento de 0,3% em novembro.

Entretanto, apesar da população na força de trabalho ter tido um crescimento significativo, o mercado de trabalho está desacelerado pelas incertezas da pandemia, o que resultou no crescimento do número da população desocupada, onde obteve um crescimento em novembro de 38,6% em relação a maio.

Tabela 1 - População residente, em idade de trabalhar, ocupada, desocupada, na força de trabalho e fora da força de trabalho na semana de referência (mil pessoas) – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
População residente	210 869	18 311	57 190	88 901	30 117	16 350
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	169 893	13 836	45 413	72 879	24 751	13 014
Pessoas na força de trabalho	94 533	7 158	21 214	42 750	15 309	8 103
Pessoas ocupadas	84 404	6 372	18 830	38 077	13 949	7 176
Pessoas desocupadas	10 129	786	2 384	4 673	1 359	927
Pessoas fora da força de trabalho	75 360	6 678	24 199	30 129	9 422	4 912
Outubro						
População residente	211 523	18 406	57 313	89 163	30 206	16 435
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	170 601	13 978	45 524	73 171	24 816	13 112
Pessoas na força de trabalho	97 897	7 622	22 467	44 170	15 348	8 291
Pessoas ocupadas	84 134	6 649	18 591	37 882	13 905	7 287
Pessoas desocupadas	13 763	1 153	3 876	6 287	1 444	1 003
Pessoas fora da força de trabalho	72 704	6 356	23 057	29 002	9 467	4 822
Novembro						
População residente	211 652	18 425	57 337	89 215	30 223	16 452
Pessoas de 14 anos ou mais de idade	170 742	14 007	45 565	73 199	24 837	13 133
Pessoas na força de trabalho	98 699	7 699	22 846	44 334	15 453	8 366
Pessoas ocupadas	84 661	6 513	18 788	38 000	14 018	7 342
Pessoas desocupadas	14 038	1 186	4 058	4 058	1 436	1 024
Pessoas fora da força de trabalho	72 042	6 308	22 718	22 718	9 384	4 767

Fonte: Adaptado de PNAD COVID19 (2020b, p. 15).

O Gráfico 1 mostra o nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais para o Brasil e Grandes Regiões entre maio e novembro de 2020. O nível de ocupação corresponde ao percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar. No Brasil esse nível era de 49,7% em maio e passou para 49,6% em novembro,

sendo que o valor mais baixo foi atingido no mês de julho (47,9%). As regiões com os maiores níveis de ocupação foram o Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

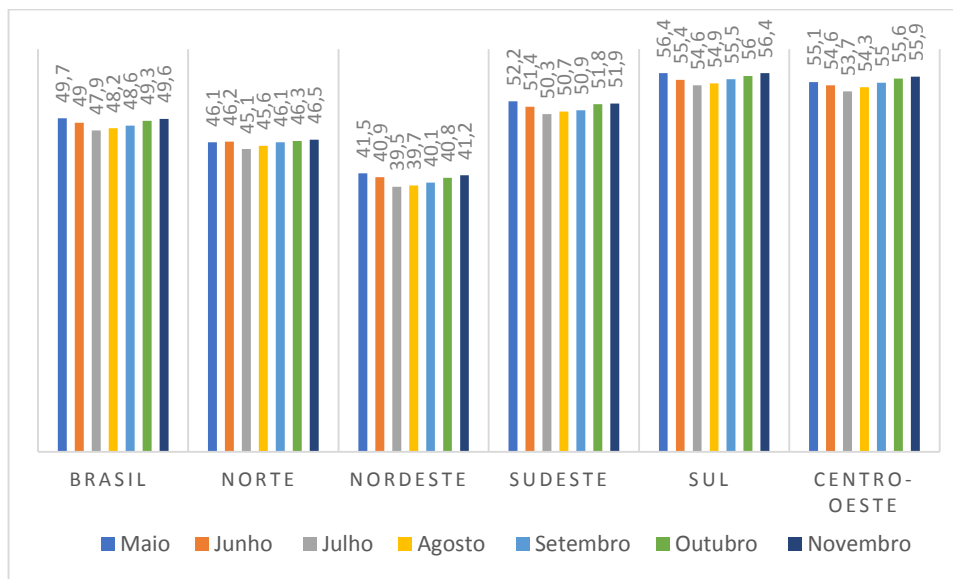


Gráfico 1 - Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – maio-novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 16).

Dentre os indicadores apresentados na Tabela 2, ela mostra o percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social, no total da população ocupada em 2020. Com relação ao Brasil, esse indicador reduziu de 18,6% em maio para 2,5% em novembro.

Avaliando por região, no Nordeste houve uma queda de 26,6% em maio para 3,1% em novembro. Pode-se observar que mesmo havendo uma redução no decorrer dos meses, esse valor é superior à média no Brasil.

Estes indicadores apresentam quedas desde o início da pandemia, ou seja, na medida em que as restrições de isolamento vão sendo abrandadas. É provável que o uso de máscaras tenha auxiliado na retomada e redução deste número.

Tabela 2 – Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
População ocupada (mil pessoas)	84.404	6.372	18.830	38.077	13.949	7.176
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (mil pessoas)	18.964	1.792	5.726	8.233	1.976	1.237
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (mil pessoas)	15.725	1.487	5.001	6.801	1.447	990
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham no total da população ocupada (%)	22,5	28,1	30,4	21,6	14,2	17,2
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	18,6	23,3	26,6	17,9	10,4	13,8
Outubro						
População ocupada (mil pessoas)	84.134	6.469	18.591	37.882	13.905	7.287
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (mil pessoas)	4.687	413	1.184	1.992	694	405
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (mil pessoas)	2.341	236	634	985	315	171
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham no total da população ocupada (%)	5,6	6,4	6,4	5,3	5,0	5,6
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	2,8	3,6	3,4	2,6	2,3	2,4
Novembro						
População ocupada (mil pessoas)	84.661	6.513	18.788	38.000	14.018	7.342
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham (mil pessoas)	4.432	386	1.170	1.861	669	345
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (mil pessoas)	2.087	200	574	876	301	136
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham no total da população ocupada (%)	5,2	5,9	6,2	4,9	4,8	4,7
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	2,5	3,1	3,1	2,3	2,2	1,8

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 18).

O Gráfico 2 mostra, por Unidades da Federação, a proporção da população ocupada que estava afastada do trabalho devido ao distanciamento social. Nota-se que o estado do Amapá foi o que apresentou a maior proporção de pessoas ocupadas que

estavam temporariamente afastadas do trabalho, com valor igual a 6,9%, seguido por Acre (6,6%) e Roraima (6,2%). O estado de Mato Grosso do Sul apresentou o menor valor (1,5%). Através do gráfico é possível observar como esse indicador variou entre os estados. Uma possível explicação para essa variação é que algumas decisões sobre o gerenciamento da pandemia ficaram a cargo das prefeituras e dos governos estaduais, o que pode levar a diferentes medidas adotadas.

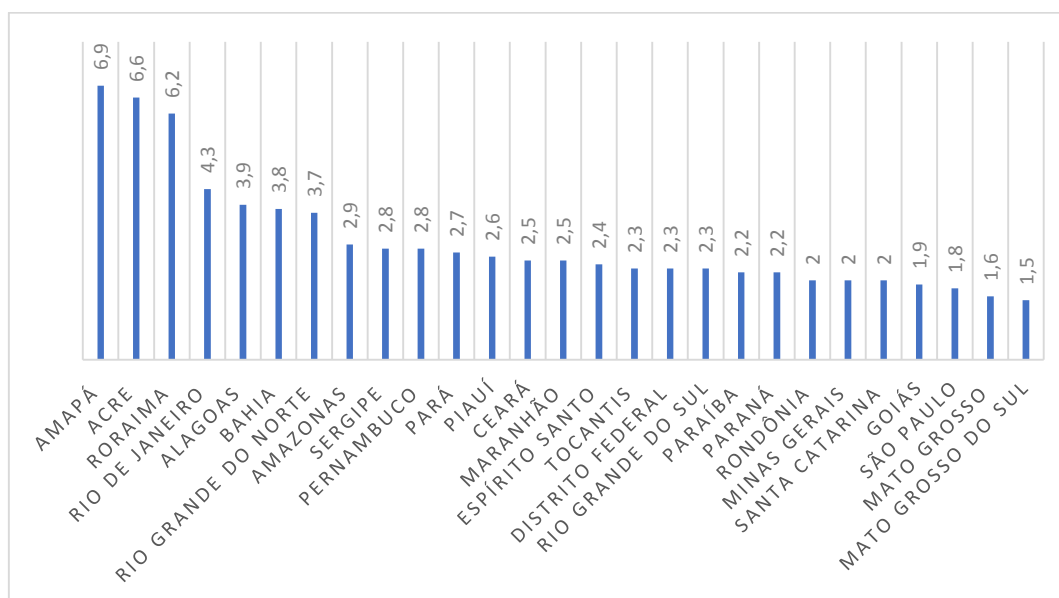


Gráfico 2 – Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social na semana de referência no total da população ocupada – Unidades da Federação – novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 19).

Como os pesquisadores da saúde alertavam, o vírus afetava com mais severidade a população idosa e/ou com comorbidades e, com isso, foi verificado que as pessoas com 60 anos ou mais de idade ainda eram as proporcionalmente mais afastadas do trabalho que tinham em função da pandemia, padrão que tem sido observado desde o início da pesquisa, em maio.

O Gráfico 3 mostra que em agosto, 10,7% das pessoas ocupadas de 60 anos ou mais estavam afastadas do trabalho. Em setembro, a proporção reduziu para 8,7%. Aliás, em todos os grupos etários o percentual de afastamento por este motivo sofreu redução. A partir destes dados pode-se observar que as mulheres tiveram mais afastamentos que os homens. Pode-se inferir que devido aos desconhecimentos dos possíveis efeitos da

COVID-19, as mulheres grávidas foram automaticamente afastadas ou trabalharam remotamente.

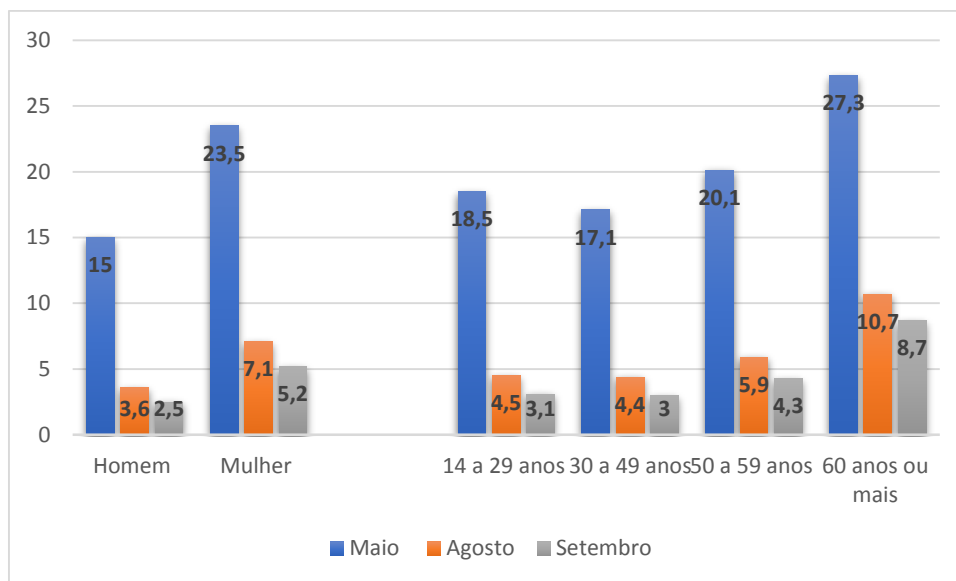


Gráfico 3 - Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência no total de pessoas ocupadas, por sexo e grupos de idade – Brasil – maio-outubro-novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 20).

A Tabela 3 apresenta a variação das pessoas que estavam afastadas do trabalho que tinham em relação as pessoas que estavam afastadas, porém sem nenhuma renda. Em maio esse valor foi de 51,3%, e depois em novembro era de 19,8%, para o Brasil.

As regiões Norte e Nordeste obtiveram resultados de variação acima da média nacional, respectivamente 53,2% e 55,3% no mês de maio, e em novembro teve uma redução para 27,7% e 23,5%, continuando as regiões com as maiores médias em relação ao Brasil.

Tabela 3 – Pessoas ocupadas e pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

Pessoas ocupadas (Mil)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
Total	84 404	6 372	18 830	38 077	13 949	7 196
Afastadas do trabalho que tinha (A)	18 964	1 792	5 726	8 233	1 976	1 237
Sem remuneração (B)	9 728	953	3 164	4 192	828	591
(B)/(A) Variação (%)	51,3	53,2	55,3	50,9	41,9	47,8
Outubro						
Total	84 134	6 469	18 591	37 882	13 905	7 287
Afastadas do trabalho que tinha (A)	4 687	413	1 184	1 992	1 992	405
Sem remuneração (B)	900	111	258	352	352	67
(B)/(A) Variação (%)	19,2	26,8	21,8	21,8	17,6	16,5
Novembro						
Total	84 661	6 513	18 788	38 000	14 018	7 342
Afastadas do trabalho que tinha (A)	4 432	386	1 170	1 861	669	345
Sem remuneração (B)	879	107	275	324	110	63
(B)/(A) Variação (%)	19,8	27,7	23,5	17,4	16,4	18,2

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 23).

O Gráfico 4 apresenta os trabalhadores *home office*, ou seja, aqueles que estavam trabalhando de forma remota. Em maio eles representavam 13,3% da população ocupada e em novembro esse número reduziu para 9,1%. A região com os maiores percentuais foi a Sudeste, onde em maio o valor era de 17,2% e em novembro 11,8%.

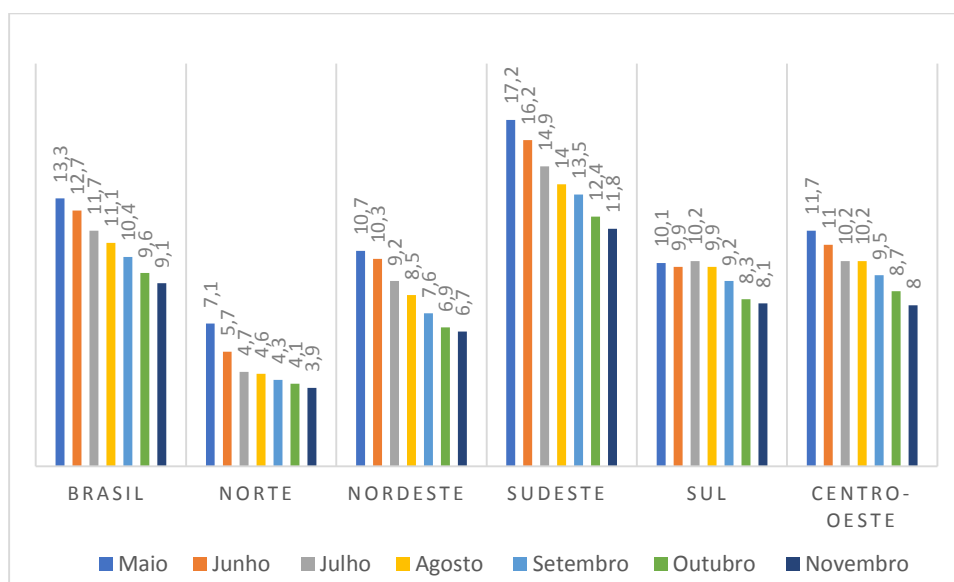


Gráfico 4 - Percentual de pessoas ocupadas não afastadas que estavam trabalhando de forma remota no total de pessoas ocupadas e não afastadas – Brasil – maio-novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 24).

A pandemia mostrou uma nova ramificação do trabalho, que servirá até para tomadas de decisões sobre medidas de mobilidade urbana. O trabalho remoto é uma novidade chave que virá para o futuro, com uma nova dinâmica, modelo híbrido de trabalho.

A Tabela 4 mostra o que aconteceu com os rendimentos da população nos meses de maio, outubro e novembro. Em maio, o rendimento habitual de todos os trabalhos ficou, em média, em R\$ 2.397 para Brasil, e o efetivo em R\$ 1.954. De maio para novembro, tanto o rendimento habitual quanto o efetivo não sofreram grandes variações, em termos reais, isso ocorre por efeito estatístico, sendo que, muitas pessoas que perderam emprego e possuíam uma faixa de renda menor, puxou a média para cima.

A perda de renda em crises como a da pandemia da COVID-19 desencadeia sérios problemas, principalmente para as populações mais vulneráveis. Isso somado ao aumento da inflação causa perda do poder de compra.

Tabela 4 - Rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (A)	2397	1849	1698	2715	2587	2634
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (B)	1954	1539	1359	2184	2160	2248
Razão dos rendimentos (B)/(A) (%)	81,5	83,3	80	81,4	83,5	85,3
Outubro						
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (A)	2366	1817	1708	2659	2564	2595
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (B)	2213	1732	1600	2479	2384	2474
Razão dos rendimentos (B)/(A) (%)	93,6	95,4	93,7	93,2	93	95,3
Novembro						
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (A)	2334	1791	1700	2614	2547	2548
Rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$) (B)	2205	1702	1607	2459	2402	2460
Razão dos rendimentos (B)/(A) (%)	94,5	95,1	94,6	94,1	94,3	96,5

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 27).

A Tabela 5 mostra a massa de rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido em maio, outubro e novembro. A massa de rendimento médio real normalmente recebido passou de R\$ 199,3 bilhões em para R\$ 194,2 bilhões. Considerando o rendimento efetivo, houve um aumento da massa de rendimento de 11,39% em termos reais passando de R\$ 162,5 bilhões em maio para R\$ 183,4 bilhões em novembro.

Tabela 5 - Massa de rendimento médio real normalmente e efetivamente recebido em todos os trabalhos das pessoas com rendimento – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020.

Em milhões de Reais	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
Massa de rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$)	199 314	11 433	31 376	102 422	35 366	18 717
Massa de rendimento médio real efetivo recebido de todos os trabalhos (R\$)	162 512	9 520	25 106	82 383	29 531	15 972
Outubro						
Massa de rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$)	195 678	11 198	31 115	99 834	34 856	18 675
Massa de rendimento médio real efetivo recebido de todos os trabalhos (R\$)	183 093	10 678	29 149	93 049	32 412	17 804
Novembro						
Massa de rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos (R\$)	194 176	11 087	31 282	98 423	34 904	18 480
Massa de rendimento médio real efetivo recebido de todos os trabalhos (R\$)	183 472	10 540	29 577	92 590	32 925	17 841

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 28).

O Gráfico 5 apresenta a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. Um dos principais resultados desta pesquisa foi mostrar que as dinâmicas regionais do trabalho são completamente distintas entre as regiões. Por exemplo, a região Nordeste obteve um resultado de 17,8% de pessoas desocupadas em novembro, 3,6 p.p. acima da média para o Brasil no mesmo mês. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram respectivamente 15,4% e 12,2% de desocupados.

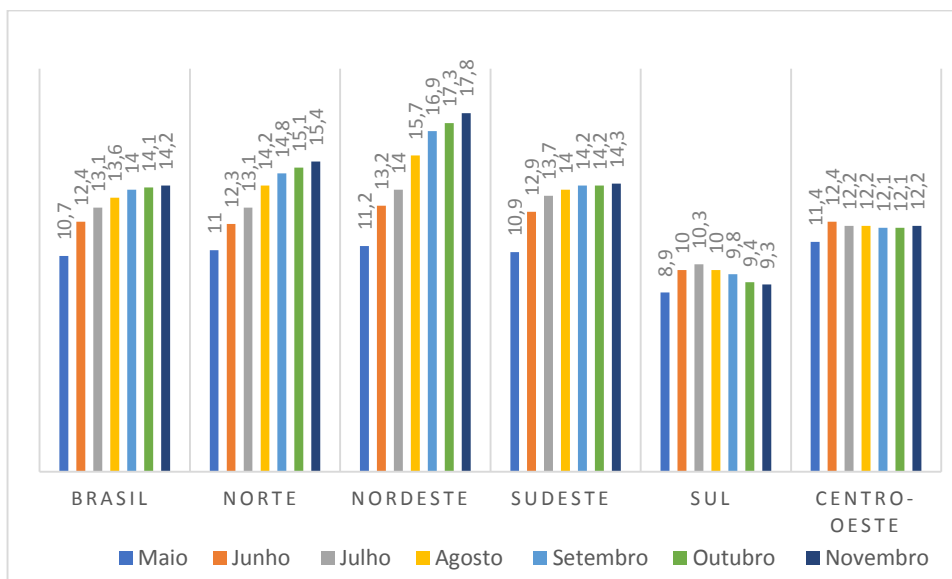


Gráfico 5 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência - Brasil e Grandes Regiões (%) – maio-novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, pg. 30).

O Gráfico 6 apresenta, em reais, o rendimento médio real domiciliar *per capita* efetivamente recebido em maio, outubro e novembro. O rendimento médio no Brasil, em maio, foi de R\$ 1.227. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram valor acima da média nacional, ao contrário das regiões Norte e Nordeste que apresentaram os menores valores médios, com R\$ 876 e R\$ 854 respectivamente.

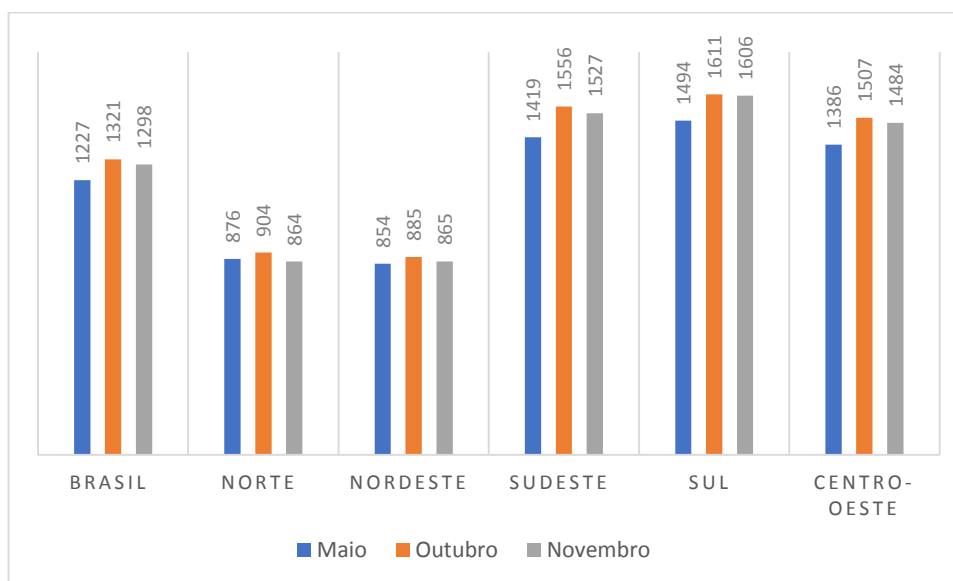


Gráfico 6 - Rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido (R\$) – Brasil e Grandes Regiões - maio/outubro/novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 32).

A Tabela 6 compara o rendimento real domiciliar *per capita* dos domicílios que receberam e que não receberam o auxílio emergencial. Entre os auxílios estão o Auxílio Emergencial e a complementação do Governo pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A região Norte e Nordeste, foram as regiões que apresentaram o menor rendimento médio recebido, em maio era de R\$ 876 e 854 respectivamente, menor que a média nacional de R\$ 1227. As regiões Sul e Sudeste, apresentaram resultados de R\$ 1494 e R\$ 1419 em maio e depois em novembro R\$ 1606 e R\$ 1527.

Tabela 6 - Rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido nos domicílios onde algum morador recebia algum auxílio e em domicílios onde ninguém recebia (R\$) – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

Rendimento médio real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
Alguém recebe auxílio emergencial	753	674	624	846	936	861
Ninguém recebe auxílio	1610	1198	1217	1743	1739	1753
Outubro						
Alguém recebe auxílio emergencial	790	664	610	922	1005	914
Ninguém recebe auxílio	1825	1348	1355	2005	1930	1999
Novembro						
Alguém recebe auxílio emergencial	745	612	572	869	967	876
Ninguém recebe auxílio	1794	1297	1336	1971	1915	1957

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 33).

A Tabela 7 mostra que as regiões Norte e Nordeste foram novamente as que apresentaram os maiores percentuais de domicílios recebendo auxílio, 58,4% e 56,9%, respectivamente, no mês de outubro. A população alcançada pelo auxílio cresceu 2,3 pp de maio a novembro, correspondendo a 38,7% e 41%, para o Brasil. Considerando regionalmente, as regiões Norte e Nordeste representavam 55% e 54,4% respectivamente em maio e em novembro eram 57% e 55,3%.

Tabela 7 - Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia e o valor médio recebido no domicílio – Brasil e Grandes Regiões – maio/outubro/novembro de 2020

Percentual de domicílios que recebem auxílio relacionado a pandemia no total de domicílios (%)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Maio						
Valor médio real do auxílio (R\$)	871	964	935	812	795	825
Percentual de domicílios que recebem auxílio relacionado a pandemia no total de domicílios (%)	38,7	55	54,8	31,3	26	36,7
Outubro						
Valor médio real do auxílio (R\$)	694	729	640	725	731	695
Percentual de domicílios que recebem auxílio relacionado a pandemia no total de domicílios (%)	42,2	58,4	56,9	35,6	29,6	40,5
Novembro						
Valor médio real do auxílio (R\$)	558	583	515	586	606	522
Percentual de domicílios que recebem auxílio relacionado a pandemia no total de domicílios (%)	41	57	55,3	34,7	27,9	39

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 34)

Conforme pode-se verificar no Gráfico 7, os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores porcentagens de domicílios que receberam algum auxílio, enquanto nos estados das demais regiões, todos estão abaixo de 50%. Os menores valores são encontrados nos estados do Rio Grande do Sul (29,3%) e Santa Catarina (24,1%).

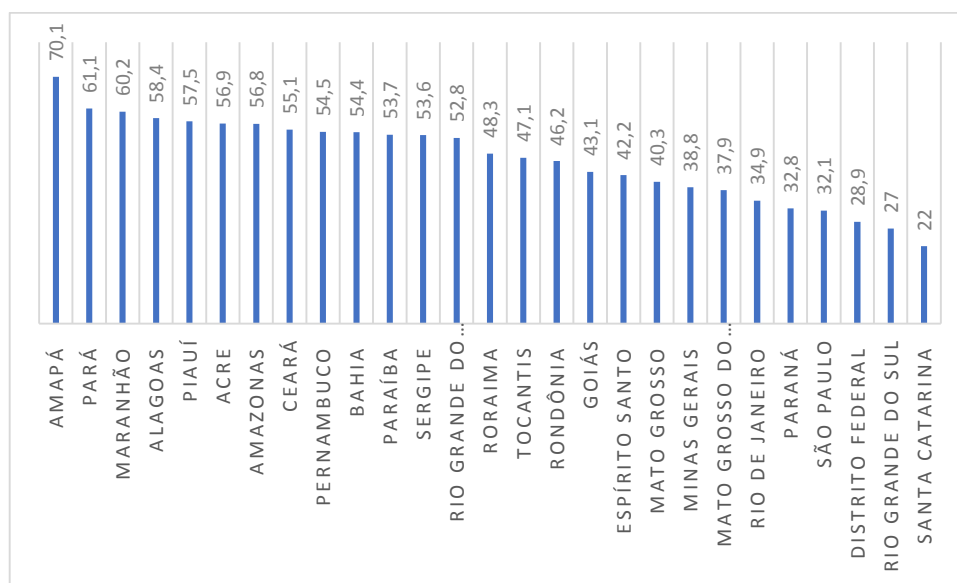


Gráfico 7 – Percentual de domicílios que receberam algum auxílio do governo relacionado à pandemia – Unidade da Federação – novembro de 2020

Fonte: PNAD COVID19 (2020b, p. 35).

A PNAD COVID 19 mostrou o impacto negativo da pandemia no mercado de trabalho, considerando o aumento das pessoas fora da força de trabalho, o aumento da taxa de desocupação e a queda da remuneração. Vale destacar, que cada região apresentou diferentes resultados no enfrentamento da pandemia, como as regiões Norte e Nordeste, considerando pessoas afastadas do trabalho, taxa de desocupação, foram bem acima da média em relação ao país e de estado para estado.

4.2 PNAD CONTÍNUA

Com o advento da pandemia, o mercado de trabalho foi afetado negativamente. Isso pode ser observado pelo Gráfico 8, que mostra a taxa de participação na força de trabalho entre 2019 e 2021, ou seja, antes e depois do início da pandemia. A taxa de participação na força do trabalho, que era de 63,6% no último trimestre móvel de 2019 (out-nov-dez) caiu para 59,5% no final de 2020. Entretanto, recuperou-se e chegou a 62,5% no último trimestre móvel de 2021.

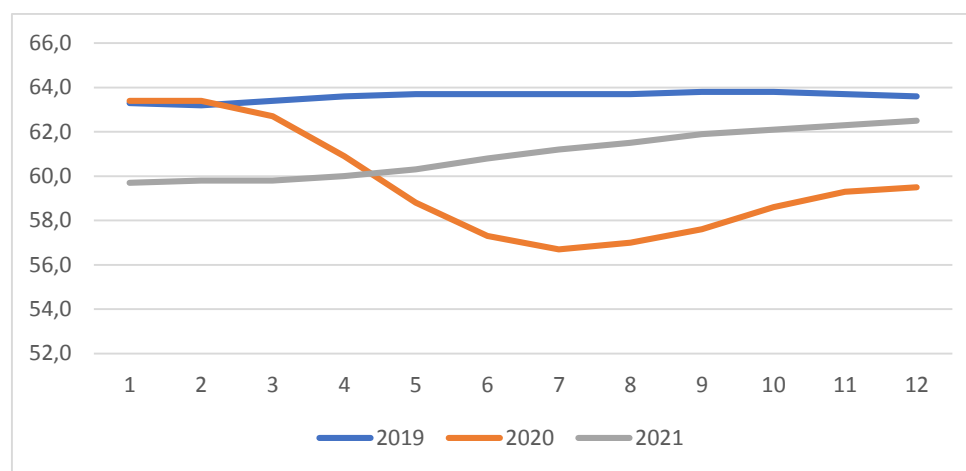


Gráfico 8 - Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Trimestre Móvel).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD Contínua Mensal de 2019, 2020 e 2021.

O Gráfico 9 mostra a taxa de desocupação, que no primeiro trimestre móvel de 2020 (nov-dez-jan) era de 11,4% e chegou a 14,2% no último trimestre do mesmo ano, ou seja, um aumento de 2,8 pontos percentuais.

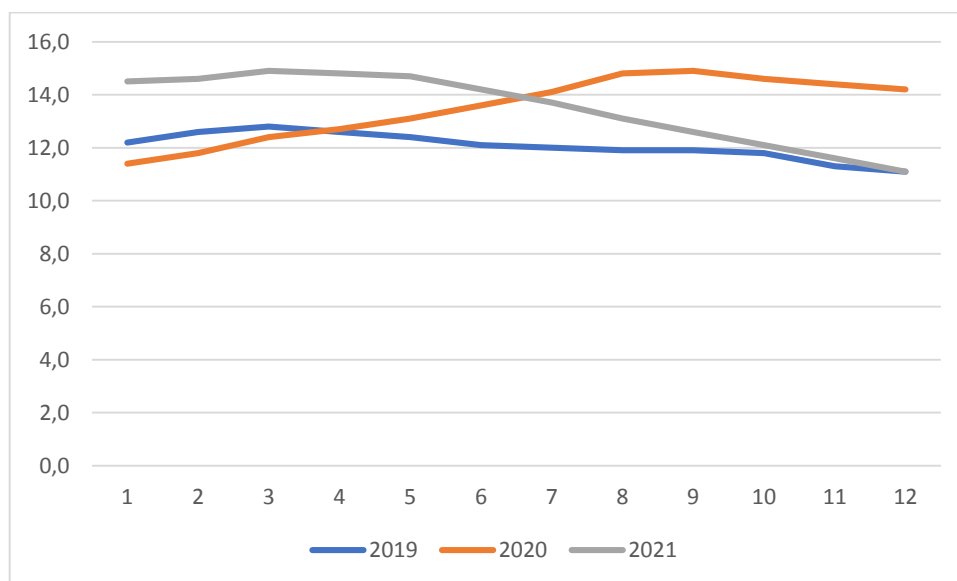


Gráfico 9 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Trimestre Móvel

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD Contínua Mensal de 2019, 2020 e 2021.

Contudo, após uma pequena recuperação econômica, a taxa diminuiu para 11,1% no último trimestre móvel de 2021. Esses resultados mostram que apesar dos efeitos perversos da pandemia sobre a economia, o mercado de trabalho começa a dar sinais de recuperação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Brasil. A partir da pesquisa PNAD COVID19, analisou-se os indicadores do mercado de trabalho no Brasil, por regiões e unidades da federação. Destaca-se que as regiões Norte e Nordeste tiveram as maiores variações, sendo as negativas: a taxa de participação; nível da ocupação e o rendimento efetivamente recebido; enquanto outros indicadores aumentaram, como a taxa de desocupação.

Os rendimentos efetivamente recebidos tiveram uma queda significativa, além disso, os rendimentos por domicílio que receberam algum auxílio do governo mostraram ter dinâmicas diferentes entre as regiões, mostrando as lacunas do mercado de trabalho. Para reduzir essas lacunas, sugere-se um plano de desenvolvimento baseado na correção das desigualdades estruturais, além da consolidação das implementações básicas do SUS.

Considerando o contexto da crise sanitária, as políticas públicas minimizaram os impactos da pandemia da COVID-19. Entretanto, a pandemia mostrou o quanto é importante o investimento em saúde de qualidade, o que pode trazer uma nova dinâmica para a economia brasileira. Para isso, se faz necessário a imunização em massa contra o coronavírus e políticas de transferência de renda, como também a geração de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(100), 2020.

CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. *Revista NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). 2021. Disponível em: < <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, S., S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro*, 54(4), pg. 969-978, jul-ago, 2020.

GIMENE, M. Economia de guerra e gasto público. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento Público*. Brasília, vol. 10, nº 1, pg. 5-25, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf> Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Notas técnicas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101435.pdf> > Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – PNAD COVID 19: coleta vai até dezembro de 2020, com resultados referentes a novembro de 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Notas_Tecnicas/Comunicado_Encerramento_PNAD_COVID_19.pdf> Acesso em: 20 mar. 2022.

LIMA, P. G. C. Políticas econômicas no enfrentamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19. *Cadernos ASLEGIS*, n. 58, 1º Semestre, 2020. Disponível em: < <https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/caderno58/politicas.pdf> > Acesso em: 14 abr. 2022.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOYSA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), 2020.

LIMA, P. G. C.; PISCITELLI, R. B. Reforma tributária: desigualdade, progressividade e proposições legislativas. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, vol. 8, nº 1, pg. 4-27, 2018.

MARINS, M. T.; RODRIGUES, M. N.; SILVA, J. M. L.; SILVA, K. C. M.; C, P. L. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 36, n. 2, maio-agosto, 2021.

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>> Acesso em: 15 fev. 2022

PNAD COVID19 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020a. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=destaques>> Acesso em: 15 fev. 2022

PNAD COVID19 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Resultado Mensal de Novembro de 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020b. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2022.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota Técnica nº 74, IPEA, junho de 2020. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35809 > Acesso em: 13 fev. 2022.

SILVA, M., L.; SILVA, R. A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. *Texto para discussão do Observatório Socioeconômico da COVID-19*. UFSM, 2020. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf> > Acesso em: 20 abr. 2022

TROVÃO, C., J., B., M. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. *Texto para Discussão 004*, 2020. Disponível em: <<https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROV%C3%83O-2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2022.